

caderno
Vida Cristã

VAI E FAZE A MESMA COISA

**Amor, justiça e diálogo no
mundo contemporâneo**

Teresa Gómez (ed.)



Teresa Gómez (org.)

“VAI E FAZE A MESMA COISA”

AMOR, JUSTIÇA E DIÁLOGO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

www.opusdei.org

Índice

- [Apresentação](#)
- [I. Foi a mim que o fizestes](#)
- [II. Um só coração e uma só alma](#)
- [III. Na primeira linha da transformação do mundo](#)
- [IV. Chamados a ouvir](#)
- [V. Filhos agradecidos](#)

Apresentação

“Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente. Este é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante: amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22, 37-39). Jesus resume desse modo o caminho da vida moral, colocando o amor no centro. Quando um dos seus ouvintes Lhe perguntou quem é o nosso próximo, Ele conta a história do homem ferido socorrido por um samaritano. Ao final da parábola, quando o mestre da lei reconhece que a atitude correta para com os outros é a de quem tem misericórdia do homem gravemente ferido, Jesus diz-lhe: “Vai e faz a mesma coisa”.

A dimensão relacional do ser humano — que não é um indivíduo isolado — aparece no Antigo Testamento, no qual Adão não é uma figura singular, mas representa toda a humanidade. As três relações fundamentais do homem, segundo os relatos da criação do Gênesis, são a relação com Deus, com o próximo e com a terra.

A partir do Novo Testamento, nós, cristãos, também fazemos parte do corpo de Cristo, sua Igreja. Ela nos convida a agir com iniciativa e responsabilidade para dar forma às realidades sociais, cuidar da criação e promover o bem comum, reconhecendo em todos os homens nossos irmãos, parte de uma única família. Essa responsabilidade se baseia na dignidade da pessoa e no cuidado da criação. Com o tempo, essas ideias se desenvolveram em vários princípios que configuram a doutrina social da Igreja.

Compartilhamos com muitas outras pessoas o desejo de tornar realidade os ideais que desejamos para o nosso mundo: justiça, solidariedade e caridade. As necessidades sociais, os direitos e deveres dos cidadãos, as relações entre países, o diálogo e a ação política nos interpelam, enquanto cristãos e filhos de um mesmo Pai, a “estar presente de forma ativa, livre e responsável na vida pública” (São Josemaria, Carta n. 3, 48).

No entanto, nem sempre é fácil trabalhar juntos, sem atritos ou conflitos, com aqueles que pensam ou vivem de outras maneiras. Em um mundo onde a comunicação está ao alcance de um clique, o verdadeiro diálogo pode ser, paradoxalmente, cada vez mais difícil de construir. Nesse aspecto, também temos o exemplo de Jesus, que se aproximava de quem pensava diferente e acolhia as pessoas, sem se deter nos desencontros ou nos erros.

Esses textos nos ajudam a refletir sobre como os anseios de amizade social, desenvolvimento humano, justiça, caridade e paz podem se tornar realidade em nossas vidas. Assim, no fim de nossos dias, o próprio Cristo poderá nos dizer: “Em verdade vos digo: Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes”.

[Voltar ao índice](#)

I

Foi a mim que o fizestes

Nós, como cristãos, sabemos que fazemos parte da grande família dos filhos de Deus. Nossa identidade mais profunda, ser filhos do Pai, nos configura como irmãos de todos os seres humanos, criados à sua imagem e semelhança. No entanto, também sabemos que as relações fraternas não são fáceis. Por causa do pecado original, as relações humanas estão marcadas pela ferida da primeira queda, que destrói a harmonia das relações entre as pessoas, além da relação do ser humano com a criação^[1]. Desde os primeiros irmãos mencionados na Bíblia, Caim e Abel, e o fratricídio cometido pelo irmão mais velho, sempre houve conflitos familiares: Esaú e Jacó brigaram pela primogenitura, José foi traído por seus irmãos mais velhos, Moisés sofreu por causa de Aarão e Miriam...

No Evangelho também encontramos irmãos entre os mais próximos de Jesus: Pedro e André, Tiago e João, Maria, Marta e Lázaro. E também aí aparecem os conflitos entre irmãos, tanto nos exemplos que Jesus propõe – quando o filho pródigo da parábola volta e seu pai o celebra com uma festa, o irmão mais velho se zanga, negando-se a entrar em casa (cfr. Lc 15,28) – como entre as pessoas que o rodeiam: “Mestre, dize a meu irmão que reparta a herança comigo” (Lc 12,13); “Senhor, não te importas que minha irmã me deixe sozinha, com todo o serviço? Manda que ela me venha ajudar” (Lc 10,40).

No entanto, Jesus deu uma nova dimensão às relações humanas: “Em verdade eu vos digo, que todas as vezes que fizestes isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizestes” (Mt 25,40). Ao se tornar um de nós, Ele se identifica com o ser humano mais fraco, o que mais sofre, quem mais sofre injustiças. Nenhum cristão pode permanecer indiferente diante de outra pessoa, pois nela vê não só um semelhante, mas o próprio Cristo. “Em cada uma delas temos de reconhecer Cristo, temos de ver Jesus, como nosso irmão, em cada uma delas; e assim será mais fácil que nos prodigalizemos em serviços, atenção, carinho, paz e alegria”^[2] anima-nos São Josemaria.

O primeiro mandamento

Ao comentar a parábola do bom samaritano, o Papa Francisco explica que ela expressa uma perspectiva de séculos: “Pouco depois da narração da criação do mundo e do ser humano, a Bíblia propõe o desafio das relações entre nós. Caim elimina o seu irmão Abel, e ressoa a pergunta de Deus: ‘Onde está Abel, teu irmão?’ A resposta é a mesma que damos nós muitas vezes: ‘Sou, porventura, guarda do meu irmão?’ (Gn 4, 9). Com a sua pergunta, Deus coloca em questão todo o tipo de determinismo ou fatalismo que pretenda justificar como única

resposta possível a indiferença. E, ao invés, habilita-nos a criar uma cultura diferente, que nos conduza a superar as inimizades e cuidar uns dos outros” [3].

Provavelmente, se alguém nos perguntasse, afirmaríamos que nos esforçamos para ver outro Cristo nos desconhecidos. Mas podemos cair nesse “desapego do irmão”, frequentemente, em situações cotidianas. Podemos criticar os políticos de que não gostamos quando aparecem nas notícias, desconfiar de pessoas que são diferentes, por causa de sua aparência ou de seu comportamento, desprezar ou ignorar quem pertence a outro nível social ou tem uma situação econômica diferente, discutir sobre um resultado esportivo ou sobre o sono dos bebês. Até podemos julgar outros cristãos com dureza, por acharmos – com razão ou não – que não agem de modo coerente.

Não podemos esquecer que a parábola do bom samaritano surgiu a partir da pergunta “quem é meu próximo?”, formulada a Jesus por um mestre da lei, que queria se justificar depois de ter perguntado sobre a vida eterna. Seus ouvintes já sabiam a resposta à questão original, pois estava na Torá: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração e com toda a tua alma, com toda a tua força e com toda a tua inteligência; e ao teu próximo como a ti mesmo” (Lc 10,27: cfr. Dt 6,4 e Lv 19,18). Jesus vai mais longe ao identificar os dois mandamentos: “Esse é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo (Lv 19,18). Toda a Lei e os profetas dependem desses dois mandamentos” (Mt 22, 38-40). Ao final da parábola, quando o mestre da lei reconhece que a atitude adequada é a de quem tem misericórdia do homem ferido, Jesus lhe diz: “Vai, e faz tu o mesmo”.

Ao próximo como a nós mesmos

No Novo Testamento, portanto, não há dúvidas sobre o que nos é pedido, se quisermos seguir Jesus. “Vós ouvistes o que foi dito aos antigos: Não matarás! Quem matar será condenado pelo tribunal. Eu, porém, vos digo: todo aquele que se encoleriza com seu irmão será réu em juízo; quem disser ao seu irmão: *patife*, será condenado pelo tribunal; quem chamar o irmão de tolo será condenado ao fogo do inferno” (Mt 5, 21-22). Transcorridos alguns anos desses ensinamentos, João exortava aos primeiros cristãos a viver a caridade fraterna como parte indispensável do amor a Deus: “Se alguém disser: ‘amo a Deus’, mas odeia seu irmão, é mentiroso. Porque aquele que não ama seu irmão, a quem vê, é incapaz de amar a Deus, a quem não vê” (1 Jo 4,20).

Queremos “ver” o próximo, como São João diz, e reconhecer nele o próprio Cristo, especialmente naqueles que sofrem. Às vezes nós mesmos já estivemos em uma situação dolorosa ou de vulnerabilidade, outras vezes a encontramos: alguém que necessita moradia, com quem nos cruzamos habitualmente na rua; colegas de trabalho que sofrem discriminação por seu país de origem ou cor da pele; conhecidos com uma doença degenerativa ou problemas de mobilidade que necessitariam de esforços e gastos extraordinários para ter uma vida digna; mulheres que encontram obstáculos em seu caminho educativo ou profissional somente pelo fato de serem mulheres; crianças e jovens que vão ao colégio sem os recursos necessários para realizar os estudos com sucesso; amigos viciados na pornografia, no jogo, na droga... Isso sem falar das guerras, da fome, das epidemias ou desastres naturais que afetam a muitos de nós ou poderão nos afetar no futuro.

Dignidade humana e responsabilidade cristã

Ao longo dos séculos, muitos valores foram se incorporando à sociedade e a tornaram mais humana. Pouco a pouco aprendemos a reconhecer no outro alguém com dignidade, que merece ser tratado com respeito e cujos direitos valem tanto como os meus. A filosofia, a sociologia e o direito, entre outras disciplinas, foram explorando o valor de cada vida humana e a forma de protegê-la, tanto individual como coletivamente. O desenvolvimento em campos como a engenharia, a economia e a medicina permitiram melhorar as condições de vida de grandes setores da população mundial, apesar de que ainda há muito por fazer e novos desafios continuam a surgir.

Às vezes percebemos que muitos acusam os cristãos de falta de coerência entre os princípios evangélicos e a atuação pública ou consideram que a fé é um refúgio para fugir das responsabilidades. Como se rezar fosse sinônimo de passividade, ou esperar a vida eterna levasse a não nos preocuparmos com o mundo, esquecendo-nos de quem precisa de nós. “Na realidade, a fé cumula de motivações inauditas o reconhecimento do outro, pois quem acredita pode chegar a reconhecer que Deus ama cada ser humano com um amor infinito e que ‘assim lhe confere uma dignidade infinita’. Além disso, acreditamos que Cristo derramou o seu sangue por todos e cada um, pelo que ninguém fica fora do seu amor universal. E, se formos à fonte suprema que é a vida íntima de Deus, encontramos com uma comunidade de três Pessoas, origem e modelo perfeito de toda a vida em comum”[4].

O mundo como herança

O prelado do Opus Dei com frequência nos anima a considerarmos o mundo, com tudo o que nele existe, como algo muito nosso, seguindo as palavras de São Paulo: “...o mundo, a vida, a morte, o presente e o futuro. Tudo é vosso! Mas vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus”.

“Diante desta realidade – *tudo é vosso* – alegramo-nos com as alegrias dos outros, desfrutamos de todas as coisas boas à nossa volta e nos sentimos interpelados pelos desafios do nosso tempo. Sentimos, ao mesmo tempo, muito dentro da alma a situação do mundo, em particular a triste realidade da guerra, e de outras situações de grandes necessidades e sofrimentos de muitas pessoas, especialmente das mais frágeis”[5].

Deus nos deixou o mundo como herança (cf Sal 2,8). Por isso, podemos transformá-lo. Não escolhemos o momento histórico ou o lugar em que vivemos, mas as circunstâncias que nos couberam são justamente a ocasião com que Deus conta para realizarmos o que Ele mesmo pôs em nossas mãos.

Nós, cristãos, queremos ter um coração à medida do coração de Cristo, que sinta as necessidades alheias como próprias, e que nos leve a agir de acordo com isso. Isto é um dom de Deus: “enchei com vossos dons os corações dos fiéis; e acendei neles o amor com um fogo abrasador”[6], pedimos ao Espírito Santo para nós e para todos na Igreja. Por outro lado, “obras é que são amores, e não boas razões”: um cristão comprometido com o amor de Deus é necessariamente um cristão que procura ativamente transformar a sociedade, lutando por fazê-la cada vez mais conforme à lógica de Deus e do seu amor aos homens.

Pessoal e responsável

Mostramos este compromisso, em primeiro lugar, com uma oração intensa e constante, a insistência filial de quem pede algo bom para as pessoas que ama: “na oração temos que ser capazes de apresentar a Deus as nossas dificuldades, o sofrimento de certas situações, de determinados dias, o compromisso cotidiano de O seguir, de ser cristãos, e também o peso do mal que vemos em nós e ao nosso redor, para que Ele nos infunda esperança, nos faça sentir a sua proximidade, nos conceda um pouco de luz no caminho da vida”[7].

Além da atitude de apresentar a Deus todas estas necessidades, é um dever de justiça atuar para transformar o mundo, torná-lo mais humano, mais cristão, mais divino, mostrando a verdade, o bem e a beleza do plano de Deus para a felicidade de homens e mulheres. Muito unido a todos os outros, o cristão procura, com a criatividade do amor, novas formas para que a mensagem que Cristo nos deixou no evangelho se realize nas nossas circunstâncias, aqui e agora.

Isto pode ser feito de muitas formas: dependerá das circunstâncias do lugar, do momento histórico, do caráter pessoal, das possibilidades que cada um tem pelas circunstâncias familiares e de trabalho... e das próprias preferências políticas, econômicas ou sociais no momento de ponderar as soluções. “Pois, em virtude do próprio fato da criação”, ensina a Igreja, “todas as coisas possuem consistência, verdade, bondade e leis próprias, que o homem deve respeitar, reconhecendo os métodos peculiares de cada ciência e arte”[8]. E ao mesmo tempo: “todos os cristãos tenham consciência da sua vocação especial e própria na comunidade política; por ela são obrigados a dar exemplo de sentida responsabilidade e dedicação pelo bem comum”[9].

Há muitas maneiras de fazer o bem, e a Igreja anima os seus filhos a agir com liberdade e pluralidade, sem impor uma determinada escola. Movidos pelo mesmo ideal, os cristãos podem se agrupar em associações religiosas ou civis. Na maioria dos casos, no entanto, trabalham em iniciativas públicas ou privadas que não são promovidas por instituições católicas, mas que se orientam a melhorar um determinado aspecto social.

A caridade “dá verdadeira substância à relação pessoal com Deus e com o próximo; é o princípio não só das micro relações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também das macro relações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos”[10]. Por isso, cada um busca maneiras de contribuir para a solução dos problemas sociais que vemos ao nosso redor. São Josemaria entusiasmava a todos os que se aproximavam dele a serem cidadãos responsáveis, capazes de transformar a sociedade, melhorando-a por meio do próprio trabalho. “A atuação de cada um de nós, filhos, é pessoal e responsável”[11].

Muitas vezes podemos fazer um grande bem com pequenos gestos, que vão configurando uma atitude vital diante dos outros. Estar disponível para ouvir o filho adolescente pode facilitar a abertura ao diálogo com a cultura contemporânea. Tratar os avós idosos com atenção e carinho contribui para educar o olhar diante dos frágeis e vulneráveis. No trabalho, rejeitar as conversas em que se critica ou difama os que não estão presentes e não podem se defender, gera ambientes de respeito e confiança.

Outras vezes, a capacidade transformadora virá pela nossa formação profissional ou posição na sociedade, por meio do próprio trabalho, pela mobilização cidadã ou pela decisão de se dedicar à política: influir em projetos de lei que facilitem o acesso das famílias aos recursos de que precisam, denunciar abusos de corrupção econômica, acabar com costumes que segregam algum setor da população... Um médico, uma parlamentar, o CEO de uma empresa ou uma jornalista podem fazer bem seu trabalho sem “meter-se em confusões”, mas também podem “complicar a sua vida” para contribuir com o seu trabalho para a construção de um mundo mais justo.

A doutrina social da Igreja em diálogo com o mundo

A Igreja proclama os princípios morais no âmbito social quando estão em jogo os direitos fundamentais da pessoa humana ou a salvação das almas[12]. Instituída por Cristo para levar a todos os homens a mensagem da salvação, ela não pode permanecer de braços cruzados diante de tudo o que é humano. A partir do século XIX, para facilitar que a atuação dos cristãos fosse justa diante dos novos modelos econômicos, políticos e sociais, estabeleceu alguns parâmetros para ajudar a não esquecer a mensagem do Evangelho diante dessas situações inovadoras. Por isso, o Compêndio da Doutrina Social da Igreja recolhe alguns princípios que servem de guia.

O princípio do bem comum defende que deve haver um “conjunto de condições da vida social” que permitam, “tanto aos grupos, como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição”[13]. O princípio do destino universal dos bens nos lembra que “os bens criados devem chegar a todos de forma equitativa”, em justiça e caridade[14]. Pelo princípio da subsidiariedade, “todas as sociedades de ordem superior devem pôr-se em atitude de ajuda (*‘subsidium’*) — e, portanto, de apoio, promoção e incremento — em relação às menores”[15]. E assim se cuida “da família, dos grupos, das associações, das realidades territoriais locais, em outras palavras, daquelas expressões agregativas de tipo econômico, social, cultural, esportivo, recreativo, profissional, político, às quais as pessoas dão vida espontaneamente e que lhes tornam possível um efetivo crescimento social”[16].

O princípio de participação é consequência do anterior, e “se exprime, essencialmente, em uma série de atividades mediante as quais o cidadão [...] contribui para a vida cultural, econômica, política e social da comunidade civil a que pertence. A participação é um dever a ser conscientemente exercitado por todos, de modo responsável e em vista do bem comum”[17]. Por último, o princípio de solidariedade implica “que os homens do nosso tempo cultivem uma maior consciência do débito que têm para com a sociedade na qual estão inseridos [...] Um tal débito há de ser honrado nas várias manifestações do agir social”[18].

Estes princípios nos fazem descobrir que muitas das iniciativas sociais que florescem ao nosso redor se apoiam em valores compartilhados. Estudá-los e difundi-los pode ser a ocasião de trabalhar junto ao restante dos habitantes de nossos países na construção de uma sociedade mais justa.

Verdade, liberdade, justiça e caridade

Há quatro valores fundamentais nos quais se apoiam os princípios da doutrina social da Igreja: a verdade, a liberdade, a justiça e o amor.

O amor ao próximo deve impulsionar a vida dos cristãos, tanto pessoalmente como socialmente. “A Igreja não deve apenas anunciar a Palavra, mas também realizar a Palavra, que é caridade e verdade” [19]. Vimos isso talvez de forma mais clara nos últimos anos: diante de crises globais, há uma resposta de solidariedade que une aqueles que sofrem juntos. Há famílias que se reencontram diante da doença de uma pessoa amada, ou vizinhos que começam a conversar quando se veem forçados a passar mais tempo em casa. São atitudes que podemos incorporar também quando não são as circunstâncias que nos levam a isso: sei os nomes de quem mora no meu prédio, ou na casa mais afastada do bairro? Falei alguma vez com cada um, interessando-me pelas suas circunstâncias, procurando aproximar-me?

Aquilo que, visto de fora, poderia parecer um simples gesto de boa educação ou uma mostra de gentileza, pode de fato refletir o amor de Deus por cada um: “O amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político, manifestando-se em todas as ações que procuram construir um mundo melhor. Por isso, o amor expressa-se não só nas relações íntimas e próximas, mas também nas macro relações como relacionamentos sociais, econômicos e políticos” [20]. A unidade de vida de um cristão coerente o leva a agir com caridade em todos os níveis, tanto no que lhe atinge de perto como nos temas mais distantes.

Partindo do respeito por todos, colocando o bem de cada pessoa acima de ideias ou opiniões, os cristãos podem intervir em todos os tipos de questões, com responsabilidade e criatividade, sem atribuir à Igreja o que é o modo de fazer de cada um. “Os cristãos, desfrutais da mais plena liberdade, com a consequente responsabilidade pessoal, para intervir como mais vos aprouver em questões de índole política, social, cultural....” [21].

“Quem ama os outros com caridade é, inicialmente, justo para com eles. A justiça não só não é alheia à caridade, não só não é um caminho alternativo ou paralelo à caridade, mas [.] é-lhe intrínseca. A justiça é o primeiro caminho da caridade” [22]. E vice-versa: a luta pelo bem comum sempre estará guiada pela compreensão e o respeito. Não teria sentido procurar a justiça com dureza de coração ou alegrar-nos por algo objetivamente mau porque confirma nossa opinião.

Diante de pessoas próximas que sofrem as consequências de ações ou modos de vida contrários à moral, ou que retificam e querem aproximar-se de Deus ou de outro estilo de vida, a única postura possível em um cristão é o acompanhamento cheio de carinho e compreensão, nunca uma resposta autocomplacente que olha os outros por cima do ombro. Assim como a Igreja entra em diálogo com o mundo a partir da caridade, nós, no mundo, procuramos uma conversa aberta a todos, que inclua a todos e não se feche diante de propostas que percebemos como ameaças, mas que saiba acolher diferentes pontos de vista, aprendendo dos outros.

Os apóstolos também não eram um grupo uniforme. Vinham de ambientes diferentes, tinham profissões diferentes, personalidades às vezes pouco compatíveis, opiniões opostas.... Mas estavam unidos pelo amor a Cristo e pela

missão de levar a Boa Nova ao mundo. Assim, conjugando a primazia de Pedro e a colegialidade com sua própria identidade, cumpriram o mandato de Cristo: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16,15).

A promessa de Jesus

Esta obrigação cristã do amor ao próximo se realiza, como todas, partindo do amor de Deus pelos homens. É Ele quem transforma os corações e renova o mundo: “A caridade e a justiça não são apenas obras sociais, mas obras espirituais realizadas à luz do Espírito Santo” [23].

Sabemos que não podemos conseguir uma justiça perfeita na terra, e contamos com a justiça da vida eterna. No entanto, isso não nos leva a descuidar nossos deveres terrenos, porque sabemos que a vida eterna dependerá de como nos esforçamos aqui para viver esse “foi a mim que o fizestes” de Jesus. Esperamos transformar o mundo, contribuir para a felicidade das pessoas que nos rodeiam, e, dessa forma, também sermos felizes, porque ouvimos dos lábios de Jesus o que prometeu um dia àqueles que O ouviam: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados!” (Mt 5,6).

Teresa Gómez

[1] Cf Catecismo da Igreja Católica n. 400.

[2] São Josemaria, *Carta n. 3* (“Sobre a missão do cristão na vida social”) n. 31.

[3] Francisco, *Fratelli tutti*, n. 57.

[4] Francisco, *Fratelli tutti*, n. 85.

[5] Fernando Ocáriz, *Carta* 19/03/2022, n. 7.

[6] Aleluia da Solenidade de Pentecostes, ano B.

[7] Bento XVI, Audiência 1/02/2012.

[8] Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, n. 36.

[9] *Idem*, n. 75.

[10] Bento XVI, *Caritas in veritate*, n. 2.

[11] São Josemaria, *Carta n. 3*, n. 37.

[12] Cf Catecismo da Igreja Católica, nn. 2032; 2420.

[13] *Compêndio da doutrina social da Igreja*, n. 164.

[14] Cf *idem*, n. 171.

[15] *Compêndio da doutrina social da Igreja*, n. 164.

[16] *Idem*, n. 185.

[17] *Idem*, n. 189.

[18] *Idem*, n. 195.

[19] Bento XVI, *Audiência Geral*, 25/04/2012.

[20] Francisco, *Fratelli tutti*, n. 181.

[21] São Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 11.

[22] Bento XVI, *Caritas in veritate*, n. 6

[23] Bento XVI, Audiência geral, 25/04/2012.

[Voltar ao índice](#)

II

Um só coração e uma só alma

Desde o começo, os discípulos de Cristo viviam em uma relação de comunhão tanto espiritual como material. O livro dos *Atos dos Apóstolos* diz que “eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações” (*Atos* 2, 42); “todos os que abraçavam a fé viviam unidos e colocavam tudo em comum” (*Atos* 2, 44), e “partiam o pão pelas casas e, unidos, tomavam a refeição com alegria e simplicidade de coração” (*Atos* 2, 46).

Essa atitude dos primeiros cristãos se estendia a atos de solidariedade tanto com os irmãos como com pessoas necessitadas que estavam perto deles. Os *Atos* citam o atendimento a órfãos e viúvas, a distribuição de bens aos necessitados, as curas milagrosas. Assim como Jesus havia dedicado grande parte de seu ministério a curar paráliticos, cegos ou leprosos, ressuscitar mortos, alimentar famintos ou livrar os possuídos, seus discípulos também, impulsionados pela caridade do Espírito Santo, procuraram imitar o coração misericordioso de Cristo e reconhecer-lo nos pobres, doentes e cativos.

À medida que a Igreja amadureceu e se espalhou, incorporou de forma institucional o atendimento às necessidades materiais e espirituais de homens e mulheres. São Justino, por volta do ano 150, descreve a reunião dominical dos fiéis (a Missa). A assembleia começa com lembranças e a leitura dos apóstolos ou dos profetas, seguida por uma exortação de quem está presidindo a liturgia e por preces; oferece-se a seguir o pão e o vinho, que são distribuídos aos assistentes depois da consagração da ação de graças. Por último acontece o que agora chamaríamos coleta: “Os que possuem alguma coisa e queiram, cada um conforme sua livre vontade, dá o que bem lhe parece, e o que foi recolhido se entrega ao presidente. Ele o distribui a órfãos e viúvas, aos que por necessidade ou outra causa estão necessitados, aos que estão nas prisões, aos forasteiros de passagem”^[1]. Mais para a frente, este atendimento individual floresceu em instituições como hospitais, orfanatos, escolas para famílias sem recursos ou universidades.

Um chamado para cuidar

O Papa Francisco e os seus predecessores insistem em que não devemos ficar indiferentes diante dos mais necessitados e nos incentivam a criar estruturas sociais que ajudem os mais desfavorecidos a viver com dignidade^[2]. Por que devo, porém, ocupar-me dos pobres? Ou, se eu mesmo sou pobre, por que devo cuidar de quem tem mais necessidade que eu? Para ser um cristão coerente, não basta que a vida individual e particular de cada um seja honesta diante de Deus?

Bento XVI antecipa a resposta: “o culto agradável a Deus nunca é um ato meramente privado”^[3], de fato, “a união com Cristo é ao mesmo tempo união com todos os outros aos quais ele se entrega. Não posso ter Cristo só para mim; posso pertencer-lhe unicamente em união com todos os que são seus ou serão”^[4].

O *Gênesis*, já no princípio da história da humanidade, cita a pergunta de Deus pelo ‘outro’: “Onde está teu irmão Abel?”. A resposta de Caim, “Sou porventura eu o guarda de meu irmão?”, esconde atrás da rejeição desta responsabilidade a culpa do homicídio (cfr. Gn 4, 9). A pergunta de Deus, explica o Papa Francisco, visa pôr em evidência que não podemos “justificar a indiferença como única resposta” e abre caminho para “criar uma cultura diferente que nos oriente para superar as inimizades e cuidar uns dos outros”^[5]. Aparecem aqui as duas grandes tentações que costumamos ter a respeito do outro: a frieza da indiferença e a intensificação da diferença.

Adão, Cristo e toda a humanidade

A dimensão social, relacional, da pessoa ficou obscurecida nas últimas décadas, especialmente em algumas culturas, pelo individualismo, pelo consumismo, pelo desaparecimento dos vínculos e pela exaltação da subjetividade.

Não era assim na Igreja primitiva. A mentalidade judaica, que caracterizava também os primeiros cristãos, distinguia-se da nossa em um aspecto chave: para eles, Adão (e sobretudo Cristo, como segundo Adão) não era apenas um homem singular, mas também um ser coletivo que continha, em seu corpo, toda a humanidade. Em seu significado semita, o homem não ‘tem’ um corpo, mas ‘é’ um corpo^[6]. Em hebraico o termo *basar* significa carne, mas também ser vivo – carne animada – e ser humano, inclusive a alma. É usado na Sagrada Escritura com diferentes significados, e em grego traduz-se tanto por *sarx* (carne) como por *sôma* (corpo). O sentido hebraico inclui a unidade entre os seres humanos por sua natureza compartilhada e sua relação mútua: por isso Eva é ‘carne de sua carne’ com relação a Adão. *Sôma* remete, pelo contrário, somente ao indivíduo, e nesse sentido ressalta a distinção: mais que ‘temos a mesma carne (natureza)’, tem o sentido de ‘minha carne (e, portanto, minha vida) é distinta da tua’. O Ocidente herdou esta última acepção.

Quando a Sagrada Escritura fala de Adão, está se referindo também a todo o gênero humano contido, de alguma forma, em seu corpo. “O gênero humano inteiro é em Adão ‘como um só corpo de um só homem’”^[7], explica o Catecismo, citando São Tomás de Aquino. Por isso, todo ato bom de algum dos membros favorece a unidade de todo o corpo e toda infidelidade, pelo contrário, a desfaz, provocando a divisão da humanidade. O pecado original, tendo sido cometido por Adão, passa a ser universal, como o é igualmente a salvação realizada por Cristo. Paulo fala do ‘homem velho’ que há em cada um de nós, por pertencermos ao gênero humano e que é sepultado pelo batismo, quando renascemos para uma vida nova em Cristo^[8].

Nesses primeiros séculos, os Padres da Igreja já manifestam o seu conceito da humanidade como um todo, um único corpo. Compreendem que, quando Adão peca, é toda a humanidade que peca: “Nós todos derivamos dele e por causa disso herdamos o seu nome”, afirma Santo Irineu de Lião^[9]; “todos tínhamos saído do Paraíso juntamente com Adão, que o deixou para trás”, escreve Santo Efrém^[10].

Cristo vem restaurar a unidade perdida no corpo de Adão, reagrupar o gênero humano: assim como em Babel a humanidade sofre uma forte divisão, em Cristo recebemos o Espírito Santo, que faz que, mesmo falando línguas diferentes, nós, cristãos, possamos entender-nos, em um novo Pentecostes^[11].

A Igreja, corpo de Cristo

As palavras de Jesus quando aparece a Paulo, no caminho de Damasco, chamam a atenção: “Saulo, Saulo, por que me persegues? [...] Eu sou Jesus, a quem tu persegues” (*Atos* 9, 4-5). Jesus ressuscitado identifica seus discípulos consigo mesmo, e Saulo compreende que entre Jesus e a Igreja há uma união tão estreita que formam uma unidade, de modo que perseguir os discípulos significa perseguir o próprio Jesus. Esta identificação da Igreja com o corpo de Cristo significa que, se eu posso identificar-me com Cristo e meus irmãos na fé também, a união entre nós é um vínculo muito mais forte do que em qualquer instituição humana.

Para Paulo, como bom hebreu, a noção de corpo refere-se a uma unidade que transcende a individualidade do homem. Em Cristo, “pela natureza do corpo que fez seu, está contido de alguma forma o conjunto de todo o gênero humano”^[12]. Ao encarnar-se, Ele não apenas assume um corpo humano, individual, mas de certa forma assume a todos nós, junto de si, em seu corpo. É assim que Cristo destina sua salvação a toda a humanidade, de modo que ela está chamada e habilitada a fazer parte do seu corpo, a Igreja. Ela não é católica, universal, por estar estendida por toda a terra; já era católica no dia de Pentecostes^[13]. A Igreja é católica porque se dirige a toda a humanidade, que forma um só corpo, o de Adão, dilacerado pelo pecado.

Provém daí a irrenunciável dimensão social da Igreja: é uma organicamente. É um corpo, o de Cristo (cfr. 1 Cor 12, 27) e não uma associação de assembleias locais. Por isso, se um membro da Igreja sofre, os outros sofrem com ele^[14]. Isto significa que compreenderemos o que quer dizer ser cristão de modo verdadeiro e pleno na medida em que assumirmos este caráter social e vivermos de acordo com ele. Quando o ignoramos, pelo contrário, deixamos de mostrar o verdadeiro rosto da Igreja.

A tentação da rejeição

Embora compreendamos esta realidade – todos somos irmãos como descendentes de Adão, em nossa humanidade, e como parte do Corpo de Cristo que é a Igreja, pelo batismo – em nosso dia a dia, muitas vezes não reconhecemos o outro como tal. Às vezes, são as primeiras impressões que nos distanciam, outras vezes é um juízo elaborado a partir de uma convivência prolongada; às vezes a defesa de um bem ou de uma verdade nos torna duros ou sarcásticos; outras vezes, a fragilidade ou o erro na vida de outros nos incomodam.

Entre católicos, opções legítimas podem acabar transformando pessoas íntegras, boas e comprometidas em inimigos de lados opostos, quer seja pelo modo de participar da Missa, pelas escolhas relativas à educação dos filhos, ou pelos autores que cada um acompanha com mais frequência. Às vezes é preciso muito pouco para que esqueçamos que o que nos une é algo muito mais forte e profundo do que aquilo que pode ser motivo de divisão: defeitos de caráter,

modos de reagir diante de um mal moral ou social, divergência de opinião sobre o melhor modo de evangelizar, opinião em questões de política, etc.

C. S. Lewis afirma-o, de forma muito expressiva, no conhecido livro *Cartas do diabo a seu aprendiz*, no qual o demônio experiente explica precisamente ao aprendiz que a Igreja visível pode ser uma ‘tentação’ pela qual nos deixamos levar com assombrosa facilidade. Dá alguns exemplos, cheios de sutileza e bom humor, de como para o ‘paciente’, um homem recém-convertido ao catolicismo, custa entender o tesouro da comunhão na diversidade, inclusive nas cerimônias litúrgicas: “O seu paciente, graças ao Nosso Pai nos Infernos, é um tolo. Se alguma dessas pessoas cantar desafinado, ou usar botas com solados barulhentos, ou tiver queixo duplo, ou roupas deselegantes, o paciente facilmente acreditará que a religião deles deve ser de algum modo ridícula”^[15].

Neste sentido, as relações entre os cristãos podem aprender muito da fraternidade humana. É uma experiência universal para quem tem irmãos que, apesar de possíveis discórdias, o surgimento de um problema externo (fracasso escolar, uma doença do pai ou da mãe, a morte de um ser querido...) costuma ter como reação imediata o esquecimento de conflitos menores, que dá lugar ao apoio, ao carinho e à defesa recíproca. Até pessoas com ideias extremamente opostas passam a tratar o outro como um igual, precisamente por aqueles mesmos motivos: porque o marido dela está com câncer, porque ficou desempregado, porque a filha nasceu prematura. Essas situações em que enfrentamos a dor, constituem muitas vezes ocasião para que abramos os olhos e vejamos que “Somos corresponsáveis por cuidar do mundo, estabelecendo relações baseadas na caridade, na justiça e no respeito, sobretudo superando a doença da indiferença”^[16].

Responsabilidade pessoal na salvação de todos

Ao considerar a humanidade como uma unidade, o cristianismo também herda do judaísmo a sua compreensão comunitária de salvação^[17]. Ou seja, a fé não se reduz a “uma opção individual que se realiza na intimidade do crente [...]. Por sua própria natureza, abre-se ao ‘nós’, verifica-se sempre dentro da comunhão da Igreja [...]. Por isso, quem crê nunca está sozinho”^[18]. As outras pessoas fazem parte da própria vida e passam a fazer parte também da própria responsabilidade pessoal, por pertencerem todos ao mesmo corpo. Trata-se de irmãos pelos quais velamos, com os quais nos reconciliamos, aos quais amamos. Ser cristão não se reduz à consciência individual de cada fiel.

Nossa personalidade será tanto mais forte quanto mais sólida for a nossa pertença ao corpo de Cristo. Não podemos cair na comodidade de pensar que a Igreja é, como instituição, a responsável por velar pelos irmãos através de seus organismos caritativos, assistenciais, educativos, etc., e que a mim batizado normal, corresponde apenas levar adiante minha própria vida e a das pessoas mais próximas a mim. “Nenhuma alma, nenhuma, te pode ser indiferente”^[19], afirma rotundamente São Josemaria.

O modo como compreendemos a fé, em sua dimensão social também, incide diretamente em nossa atuação. Colocar a própria vida, portanto, à margem dos outros não é coerente com a dimensão social da humanidade, assumida por Cristo.

Isto apresenta consequências práticas diretas: sinto-me responsável pelos outros, que sejam mais felizes, que se sintam acolhidos e compreendidos, acompanhados até Cristo, Caminho, Verdade e Vida? Ao defender minhas opiniões, faço-o sempre com um olhar e um tom que reconhecem o outro em sua humanidade? Vejo nos outros irmãos com os quais construir a Igreja?

Uma família forte

A falta de unidade na Igreja, quer por indiferença, quer por discordância, pode recordar a torre de Babel. Desta vez, o problema não acontece necessariamente entre vizinhos, talvez, porém em redes sociais, através de publicações nos meios de comunicação, ataques de contas anônimas ou de textos que ridicularizam outras formas de pensar, etc. Depois de dois milênios de expansão e crescimento da Igreja, alguns aspectos ficaram fortalecidos (teologia, pastoral, evangelização ...), mas vemos divisões, muitas vezes dentro de uma mesma comunidade. Entre aqueles que preferem um modo ou outro de celebrar os atos litúrgicos, aqueles que votam em partidos políticos diferentes ou aqueles que defendem modos diversos de levar a cabo a evangelização, pode-se levantar a bandeira de ‘esta é a opção verdadeiramente católica’. São Josemaria alertava: “Parece-me que ouço São Paulo gritar quando diz aos de Corinto: (...). Por acaso Cristo está dividido? Porventura Paulo foi crucificado por vós, ou fostes batizados em seu nome, para que digais: *eu sou de Paulo, eu de Apolo, eu de Cefas ou eu de Cristo?*”^[20]

As feridas do corpo de Cristo doem, porque é uma fratura na parte mais íntima da identidade cristã: somos chamados a ser membros de um Corpo, pedras vivas que edifiquem a Igreja... e a missão de evangelizar é afetada por divisões entre nós, que deveríamos colaborar com alegria. A Igreja, por este motivo, não deixa de nos animar a cuidar deste aspecto, recordando-nos que somos chamados a ser “forças de unidade no interior do Corpo de Cristo (...). Com grande humildade e confiança peçamos ao Espírito que nos torne capazes de crescer todos os dias na santidade que nos transformará em pedras vivas no templo que Ele está erguendo precisamente agora, no meio do mundo. Se quisermos ser verdadeiras forças de unidade (...) perdoemos injustiças sofridas e sufoquemos todos os sentimentos de raiva e de discórdia”^[21].

Ao nos preocuparmos com os outros, fortalecemos a Igreja e toda a humanidade, e, sobretudo, contribuímos para construir a Igreja, tornando possível a sua missão de levar a mensagem de Cristo àqueles que estão à nossa volta, como fizeram os primeiros cristãos: “todos ficaram cheios do Espírito Santo e anunciaram com intrepidez a Palavra de Deus” (At 4, 31), já que “a multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma” (At 4, 32).

Goretti Garay

^[1] São Justino, I Apologia, 67.

^[2] Cf. Francisco, *Fratelli Tutti*, 116, 137, 168-169, 179, 183, 186.

^[3] Bento XVI, *Sacramentum caritatis*, 83.

[4] Bento XVI, *Deus caritas est*, 14.

[5] Francisco, *Fratelli Tutti*, 57.

[6] Cf. Rom 12,4-5; 1 Cor 10,17; 1 Cor 12,13.

[7] Catecismo da Igreja Católica, 404; cf. São Tomás de Aquino, *Quaestiones disputatae de malo*, 4,1.

[8] Cf. Francisco, Audiência 9/05/2018; Ef 4,20-24.

[9] Santo Irineu, *Contra as heresias*, III, 23, 2.

[10] Santo Efrém o Sírio, Hino 49.

[11] Cf. João Paulo II, Audiência geral, 29/07/1998.

[12] Cfr Hilário de Poitiers, *In Mt.* IV 12.

[13] Cf. De Lubac, *Catolicismo*, 37-38.

[14] Cf. *Lumen Gentium*, 7.

[15] C. S. Lewis, *Cartas de um diabo a seu aprendiz*, Martins Fontes, São Paulo, 2009, p. 7.

[16] Fernando Ocáriz, “Dilatar o coração” em *Be do care*, 29/09/2022.

[17] Cf. De Lubac, *Catolicismo*, 46.

[18] Francisco, *Lumen Fidei*, 39.

[19] São Josemaria, *Forja*, 951.

[20] São Josemaria, Carta n. 4, n. 19 (1 Cor 1,13).

[21] Bento XVI, Homilia, 19/04/2008.

[Voltar ao índice](#)

III

Na primeira linha da transformação do mundo

Um olhar rápido para qualquer rede social ou página de notícias na internet nos faz ver duas coisas: que há muito sofrimento no mundo e, por isso, muitos apelos a construir uma sociedade melhor. Às vezes, as vozes que fazem esses apelos parecem harmoniosas, outras podem ser discordantes e pedir coisas diferentes ou até mesmo opostas. No entanto, o desejo de fazer o que é justo, a consciência de uma vulnerabilidade coletiva e a convicção de que devemos cuidar uns dos outros, marcam, sem dúvida, a sensibilidade contemporânea.

Seguir a Cristo significa preocupar-se com o mundo e com os seus problemas. Se realmente “o bem, assim como o amor, a justiça e a solidariedade não se alcançam de uma vez para sempre”, mas “devem ser conquistados todo dia”^[1], cada um de nós deve se perguntar: Como posso contribuir para isso? Qual é o meu papel?

Uma chamada a sentir o mundo como nosso

Se pararmos para pensar, o mundo é duplamente nosso. Fomos chamados a *criá-lo com Deus*, por um lado, e a *redimi-lo com Ele*, por outro. O universo, criado em “estado de via” (Catecismo da Igreja Católica, 302), foi confiado ao homem para que, por meio do seu trabalho, colaborasse no aperfeiçoamento da criação (Gn 1,28). Ao mesmo tempo, o mundo está ferido pelo pecado, por isso o sofrimento está presente. Isso move o coração de Cristo. O Evangelho mostra como, ao ver as multidões de enfermos, “compadeceu-se delas, porque estavam cansadas e abatidas, como ovelhas que não têm pastor” (Mt 9,36), e curava as suas doenças. Comove-se outra vez diante daqueles que o seguiram vários dias e não têm o que comer (cfr. Mt 15,32) e exorta os seus discípulos a procurar uma solução, tornando-os responsáveis pelos outros: “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Lc 9,13). Com o pouco que os discípulos conseguem, Jesus realiza o milagre da multiplicação dos pães e dos peixes. Diante do sofrimento ou da indigência, Jesus se compadece e age. Ele vai ao encontro das necessidades materiais, sempre com o objetivo de alcançar as almas e levá-las à vida eterna (cfr. Jo 6). E, assim como o Pai o enviou, Ele nos envia a colaborar em sua redenção (Jo 20,21; Mt 28,18-20).

Em outras palavras, o esforço cristão por promover a solidariedade tem um motivo maior do que o simples desejo de acabar ou aliviar o sofrimento. Tudo isso é bom e nobre, mas o coração de Cristo pede mais: “Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns aos outros” (Jo 13,35). Um filho de Deus sabe que a motivação mais profunda para a ação social se baseia no amor de Deus pelo mundo e por toda a humanidade, e no fato de que fomos chamados a

devolver o mundo a Deus Pai, em Cristo, seu Filho: “Somos advertidos de que não adianta ao homem ganhar o mundo inteiro se vier a perder a si mesmo. Contudo, a esperança de uma nova terra, longe de atenuar, antes deve impulsionar a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra. Nela cresce o corpo da nova família humana que já pode apresentar algum esboço do novo século”^[2].

Virtudes-chave para servir a sociedade

A chamada para transformar o mundo não pode ficar numa ideia abstrata. O cuidar e o amar sempre trazem consigo o agir: a justiça, a solidariedade e a caridade são virtudes a serem vividas. Cada uma aperfeiçoa um aspecto diferente das decisões e atividades que realizamos em nosso relacionamento com os outros. E cada uma delas pode ser vivida em duas áreas muito amplas: nossa preocupação de *renovar os sistemas e estruturas* em nossos círculos sociais e em nossos *encontros com pessoas*.

A definição clássica de justiça é “o hábito que nos permite dar a cada um o que lhe corresponde”^[3]. É uma virtude que pode ser vivida horizontalmente, com nossos colegas, ou verticalmente, quer tenhamos autoridade sobre um grupo de pessoas quer não. Uma ideia-chave para viver esta virtude é treinar para reconhecer o que devemos aos outros devido ao nosso relacionamento com eles. Podemos, em primeiro lugar, refletir sobre como vivemos a justiça em nosso trabalho, realizando-o bem e totalmente. Se temos autoridade, desejaremos procurar verdadeiramente o bem das pessoas pelas quais somos responsáveis e não apenas o nosso benefício. No entanto, se levamos a sério o fato de que Deus nos confiou o mundo, veremos que a nossa atividade não termina no nosso círculo imediato de trabalho e família. Podemos pensar em participar de outros projetos ou iniciativas além do que já fazemos, para *favorecer que outros membros da sociedade possam alcançar condições dignas de vida*.

A solidariedade, como virtude, ressalta a nossa interdependência. Se a justiça reconhece que toda pessoa merece certos bens, a solidariedade reconhece a nossa unidade com outros: compartilhamos a mesma natureza humana. Trata-se, por isso, “da determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum”^[4], ou seja: “pensar e atuar em termos de comunidade”^[5]. Por um lado, o exercício prático desta virtude é similar ao da justiça: com o nosso trabalho e os nossos projetos abordamos algumas características da sociedade, para que a cidade em que vivemos ou a comunidade na qual estamos sejam lugares onde cada pessoa possa alcançar sua plenitude. A solidariedade também consiste, por outro lado, em dedicar tempo para compartilhar o sofrimento, e não apenas enfrentá-lo. Alguns de nós podem preferir lutar publicamente por alguma causa específica e se esforçar para sensibilizar a sociedade com relação à saúde mental e à segurança psicológica nas famílias. Outros podem preferir mostrar solidariedade de modo mais particular, individualmente, visitando idosos ou doentes sem postar nas redes sociais. A solidariedade é especialmente sensível à vulnerabilidade e ao sofrimento: “surge de nos sabermos responsáveis pela fragilidade dos outros procurando um destino comum” e “expressa-se concretamente no serviço”^[6].

A justiça e a solidariedade cristãs fundamentam-se, no entanto, em algo maior que o reconhecimento de nossa comum humanidade. Graças à fé, sabemos que temos uma origem divina e humana em comum e um destino a compartilhar^[7].

Fomos criados por um Deus que nos ama e descendemos de Adão e Eva. E o mais importante: estamos destinados à felicidade de Deus em Cristo, um fim que alcançamos ao ser incorporados a um Corpo, a Igreja. Em resumo, há uma unidade real entre todas as pessoas, uma unidade que se torna efetiva mediante o amor. A justiça e a solidariedade só encontram o seu verdadeiro sentido quando sabemos que na vida humana, em último termo, é o amor (a caridade) que nos torna responsáveis pelo desenvolvimento alheio nesta vida e com vistas à seguinte.

De fato, a caridade nos une, primeiro e sobretudo a Deus^[8]. Uma forma concreta pela qual esta realidade informa nossa ação social é garantindo que os nossos objetivos, planos e projetos sejam sempre coerentes com o Evangelho, também quando não estiverem explicitamente relacionados com ele. Além disso, quando nos envolvemos em atividades a favor de outros, não devemos perder de vista que é a união com Deus, sua graça, que torna o nosso amor para com o próximo possível. Mediante a caridade, consideramos o outro “como um comigo mesmo” e essa atenção afetiva “provoca uma orientação que leva a procurar o seu bem gratuitamente”^[9]. Se nos relacionarmos assim com os outros, podemos aproximar-nos do que o Papa Francisco chama “amizade social”: um amor e fraternidade que não exclui ninguém, ultrapassa fronteiras e pode ser uma base firme para cidades e países^[10].

Cada um de nós encontra-se em ambientes e circunstâncias diversas. Além disso, cada sociedade e os grupos que a compõem variam de um país para o outro, portanto as vias para concretizar a justiça, a solidariedade e a caridade variam infinitamente. Mesmo assim, há medidas concretas que todos podemos considerar, para nos tornarmos o tipo de pessoa que será agente de transformação por meio destas virtudes.

Transformar-nos continuamente para mudar o mundo

O primeiro passo é cultivar nossa capacidade para perceber situações de necessidade. Para exercitar qualquer virtude, tenho que perceber primeiramente qual é a situação em que me encontro: neste caso, um problema social. Pode ser que meu objetivo seja pequeno, porque absorve minha vida cotidiana e meu círculo imediato de ação. Em teoria, talvez eu saiba que há muitos problemas no mundo, mas não parei para examiná-los de perto. Eu talvez me tenha habituado a reagir com pesar ao ver ou ouvir más notícias, mas nunca pensei que tais situações possam interpelar-me e que eu possa responder. Pode ser que tudo isto me torne menos sensível às necessidades de quem está perto de mim.

Decidir cultivar essa sensibilidade pode passar por ler más notícias, ou prestar atenção no caminho para o trabalho, ou olhar o quadro de avisos (físico, ou em alguma rede social) da minha paróquia. Em toda sociedade há pelo menos algum setor no qual há necessidade de justiça, solidariedade e caridade: os idosos a quem ninguém faz companhia; os doentes terminais; pessoas que não têm acesso a comida, água ou um alojamento digno; as pessoas com deficiência e as famílias que cuidam delas (ou que as abandonam). Os que sofrem alguma doença mental, crianças ou adultos sem acesso à educação, comunidades – autóctones ou imigrantes – marginalizadas. Os sem-teto ou os refugiados. As pessoas que sofrem violência doméstica ou abusos, as vítimas de desastres naturais. Os trabalhadores em condições desumanas de trabalho, os presos ou os que vivem em lugares de

conflito ou com um alto nível de insegurança. As mães solteiras – ou pais – os que sofrem *bullying* escolar ou de outro tipo; vítimas de vício em drogas ou jogo. Pessoas que não têm acesso à cultura, esporte ou arte, os socialmente abandonados, as crianças de rua... A enumeração destas situações ajuda a ver que não há falta de oportunidades para colaborar.

O passo seguinte, por isso, é comprometer-se a atuar, não só sentir. Em nosso mundo corremos o risco de permanecer passivos diante de *inputs* constantes. A solidariedade real não leva apenas a sentir compaixão pelas desgraças que presenciamos, mas também a aliviar o sofrimento sempre que pudermos. É impossível solucionar todos os problemas, podemos, porém, estudar como contribuir para uma sociedade mais justa, ou como dedicar parte do nosso tempo a um projeto social, inclusive com amigos ou em família. Se os problemas de grande escala parecem fora de nosso alcance (embora quem sabe, pode ser que não para todos nós), talvez possamos ajudar alguma organização com um donativo.

Se decidimos participar de alguma atividade cívica, outro hábito importante é pensar e planejar um impacto significativo, inclusive se for algo como um dia dedicado a ajudar em um centro para pessoas com deficiência. Para quem só pode colaborar com atividades de curto prazo, seria uma pena oferecer soluções provisórias ou procurando um sentimento de satisfação ou alívio. Quem puder realizar iniciativas a longo prazo deve evitar criar dependência permanente desse tipo de ajuda. Podemos realizar obras muito boas se identificarmos claramente os objetivos que nos propomos no tempo que temos: nesta visita de um dia a uma casa de acolhida para pessoas com deficiências, ensinamos os nossos voluntários a afirmar sua dignidade pessoal e enfatizamos o valor que representa fazer companhia. Podemos igualmente realizar projetos bons se estudarmos a sério o problema a ser enfrentado, para chegar à sua raiz, de modo que as ações que projetamos capacitem as pessoas que queremos ajudar, proporcionando-lhes ferramentas e habilidades com as quais possam, em último termo, ajudar-se a si mesmas. Em vez de construir casas para comunidades pobres, por exemplo, podemos envolver as pessoas, de modo que se sintam realmente donas de seus lares e se submetam a um plano de formação que as capacite para o trabalho de modo que consigam manter um ambiente sadio e humano.

O Papa Francisco diz que a solidariedade é “muito mais que alguns atos esporádicos de generosidade [...]. É lutar também contra as causas estruturais da pobreza, da desigualdade, da falta de trabalho, de terra e de moradia, a negação dos direitos sociais e trabalhistas. É enfrentar os destruidores efeitos do Império do dinheiro[...]. A solidariedade, entendida profundamente, é um modo de fazer história [...]”^[11].

Expandir nossa zona de conforto

Ser agente de justiça, solidariedade e caridade não se reduz à nossa atitude pessoal. Há pelo menos dois outros âmbitos nos quais podemos crescer como cristãos.

Quando nos envolvemos nos problemas à nossa volta, encontramos certamente mais pessoas que sentem a mesma paixão por mudar o mundo, mas cujas ideias ou estilo de vida talvez não estejam informados pela fé em Cristo. Isso não

significa, no entanto, que não possamos compartilhar objetivos comuns, verdadeiramente humanos. Pode ser que uma forma bem concreta de viver a solidariedade e a caridade seja atrever-nos a dialogar com quem pensa de modo diferente, para encontrar um modo de trabalhar juntos, em vez de uns contra outros. O esforço pela justiça terá talvez melhores resultados se procurarmos superar a polarização, tema especialmente relevante em nossa época, tanto online como face a face. Devemos primeiramente escutar e dialogar, para encontrar o que nos une e conseguir assim um bem maior para as pessoas que mais sofrem em nossa sociedade.

Podemos finalmente atrever-nos a dar um passo mais de cada vez. Por exemplo, ao mesmo tempo que tentamos viver a justiça no trabalho, podemos considerar qual é o impacto de nossa empresa ou instituição na comunidade na qual atua. Podemos depois nos propor a possibilidade de colaborar em uma iniciativa social, fora do âmbito profissional. E depois podemos envolver outras pessoas. Se escolhemos uma necessidade a enfrentar, se nos comprometemos a agir e pensamos em soluções a longo prazo, a justiça, a solidariedade e a caridade poderão então configurar também a realidade a nossa volta.

Ver a Cristo em cada pessoa

Olhando nosso mundo imperfeito, vemos que as possibilidades de transformação são inesgotáveis. Há obviamente muito trabalho a fazer e aqui apresentamos em detalhe alguns hábitos que nos capacitam para levar a cabo a ação social de forma efetiva e oferecer soluções reais aos problemas que vemos. Há, porém, algo que deve ter um lugar prioritário na cabeça e no coração de um filho de Deus: a verdadeira missão do cristão no mundo não consiste simplesmente em resolver problemas, mas trata-se de *dar valor a cada pessoa*.

Em outras palavras, a eficácia é importante, devemos, porém, ir além. Poderíamos conseguir montar e manter um programa de alimentação e educação, e cobrir assim as necessidades básicas de criança de uma comunidade em risco, e poderíamos conseguir criar um compromisso solidário por parte daqueles que colaboram com o programa. Mas se as pessoas a que ajudamos são para nós apenas um coletivo anônimo, simples “beneficiários”, se os vemos como resultados que nos dão a medida do sucesso do programa ou se paramos em nosso sentimento de satisfação diante de uma boa obra..., então não chegamos ao coração do Evangelho. A justiça e a solidariedade não podem ser separadas da verdadeira caridade, que nos permite ver a Cristo nos outros.

Isto implica, por exemplo, que em qualquer atividade da qual participamos, ou em nossa forma de comportar-nos tentemos centrar-nos nas pessoas: “A generalização dos remédios sociais [...] – que tornam possível hoje alcançar objetivos humanitários, com os quais nem se sonhava em outros tempos nunca poderá substituir a ternura eficaz, humana e sobrenatural, deste contato imediato, pessoal, com o próximo”^[12]. Tentamos ter consciência de como olhamos as pessoas a que estamos ajudando, saber quem são e não apenas o que necessitam, porque uma pessoa é muito mais do que aquilo de que carece.

Enquanto estamos em contato com aqueles que estamos ajudando, entramos em suas necessidades e em sua dor, oferecendo cuidado e não um realismo frio ou indiferente^[13]. Isto traz verdadeiro consolo, um contato humano tão apreciado

como o alívio material. Compartilhamos com eles tempo, atenção e presença, conseguindo – para eles e para nós – a presença de Cristo. Damos-lhes assim esse “dom sincero de si mesmo” que é nossa verdadeira realização^[14]. Não apenas amamos o próximo; nós *nos tornamos* o próximo de cada um, como Cristo pediu que fizéssemos^[15].

Pia K. Garcia

^[1] *Fratelli tutti*, n. 11.

^[2] *Gaudium et spes*, 39.

^[3] “... a justiça é um hábito pelo qual, com vontade constante e perpétua atribuímos a cada um o que lhe pertence. Definição quase idêntica à do Filósofo, quando diz: a justiça é um hábito que nos faz agir escolhendo o que é justo”. *Summa Theologica* II-II, Q. 58, Art. 1 co.

^[4] Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 193.

^[5] *Fratelli Tutti*, 116

^[6] *Fratelli Tutti*, 115

^[7] Cfr. *Laudato Si'*, 202.

^[8] *ST* II-II Q. 26, Art. 1 co. e Art. 2 co.

^[9] *Fratelli Tutti*, 93

^[10] Cfr. *Fratelli Tutti*, 94, 99.

^[11] *Fratelli Tutti*, 116.

^[12] São Josemaría, *Carta* 23/10/1942, n. 44

^[13] Cfr. Fernando Ocáriz, *Carta* 14/02/2017, 31.2

^[14] Cfr. *Gaudium et Spes*, 24: “[Jesus] sugere uma certa semelhança entre a união das pessoas divinas e a união dos filhos de Deus na verdade e na caridade. Esta semelhança demonstra que o homem, única criatura terrena que Deus amou por si mesma, não pode encontrar sua própria plenitude a não ser na sua entrega sincera de si mesma aos outros”.

^[15] Cfr. *Fratelli Tutti*, 81: “A proposta é a de tornar-se presentes diante de quem necessita ajuda, sem que isto importe se ele é parte do próprio círculo de pertença. Neste caso, foi o samaritano que se fez próximo do judeu ferido. Para tornar-se próximo e presente atravessou todas as barreiras culturais e históricas. A conclusão de Jesus é um pedido: ‘Tens que ir e fazer o mesmo’ (Lc 10, 37). Quer dizer, interpela-nos para deixar de lado toda diferença e, diante do sofrimento tornar-nos próximo de quem quer que seja. Já não digo então “próximos” àqueles a quem devo ajudar, mas sinto-me chamado a tornar-me eu um próximo dos outros”.

IV

Chamados a ouvir

Os Evangelhos narram vários diálogos de Jesus com diversas pessoas, e podemos imaginar muitos outros. Uma das coisas mais comoventes que nos apresenta é a sua conversa a sós com a samaritana, junto a um poço. Os apóstolos ficam surpresos quando voltam da cidade onde tinham ido buscar comida e encontram o Mestre conversando com uma mulher, que foi sozinha buscar água, ao meio-dia, em vez de ir com as outras mulheres da cidade em momentos mais frescos. Ela mesma se surpreende que Ele lhe dirija a palavra, pois, como explica o evangelista, “os judeus não se dão com os samaritanos” (Jo 4, 9). Nesta cena, Jesus nos ensina a nos interessar por todos. Com delicada ternura, Ele a guia gentilmente em direção à verdade. Não ignora as suas crenças errôneas ou ações pecaminosas, mas também não a condena, acusa ou pressiona. Reconhecendo a fé que têm em comum e ouvindo a sua explicação sobre o que ela acredita, simplesmente responde dando testemunho da verdade da revelação e, sobretudo, da dignidade e do valor que cada pessoa tem aos seus olhos.

Uma conversa pessoal

Talvez você já tenha tido uma experiência parecida: ser ouvido e levado a sério por alguém, mesmo que discorde. Talvez essa pessoa tenha permitido que você se expressasse e explicasse os seus pensamentos, ouvindo atentamente o seu ponto de vista, sem interromper ou ficar impaciente. Talvez tenha feito perguntas que, embora desafiadoras e claramente partindo de uma posição diferente, foram feitas com verdadeiro respeito e interesse genuíno, demonstrando assim uma escuta atenta.

Pode ser que você tenha ficado impressionado com a sua disposição de mudar de ideia, aprender com o que você tinha a dizer; ver que uma pessoa pode ter as suas próprias ideias e ao mesmo tempo mantê-las com humildade e uma certa graça que convida a um clima de respeito mútuo. Não é que o seu interlocutor não tivesse opinião formada sobre o assunto, ou que tenha mudado de posição para concordar com a sua, mas demonstrava estima por você: mostrou que se importava com você, mesmo que não o tenha convencido de nada. Esta atitude pode até ter lhe dado nova coragem, não só para formar e expressar os seus próprios juízos, mas também para permitir que as suas crenças sejam confrontadas com as dos outros. Ao ser ouvido, você se sentiu encorajado a ouvir os outros. O verdadeiro diálogo é contagioso.

Talvez a discussão tenha sido sobre algo sem importância, como se uma determinada série vale a pena. Você é um grande fã, mas com refinado tato, a

outra pessoa conseguiu expressar delicadamente a sua discordância sem que você se sentisse insultado. Ou pode ter sido sobre um tema mais sério, política ou economia. Existem muitas formas válidas de organizar a sociedade: desenvolver e promover uma posição no que poderíamos chamar de esfera “temporal” é um sinal de maturidade humana saudável, mas ser capaz de ouvir e aprender com a posição dos outros é ainda melhor. Existem alguns problemas que transcendem as circunstâncias do tempo, como questões religiosas ou éticas. Se este fosse o tema da conversa, então havia uma verdade objetiva em jogo. Mas de alguma forma o seu interlocutor não apenas manteve um desacordo calmo, mas também uma consideração cuidadosa sobre o que você tinha a dizer.

Seja qual for o tema em questão, essa pessoa comunicou a verdade mais importante de todas: que você é importante, que tem valor, que é amado. “Não somos o produto casual e sem sentido da evolução. Cada um de nós é o fruto de um pensamento de Deus. Cada um de nós é querido, cada um de nós é amado, cada um é necessário”^[1]. O fato de cada pessoa ser criada por amor é a primeira verdade que todos somos chamados a abraçar e a primeira verdade que somos chamados a compartilhar com os outros. Ao falar sobre esta bela realidade da dignidade humana, a Constituição *Gaudium et Spes* explica: “[o homem] se existe, é só porque, criado por Deus por amor, é por Ele por amor constantemente conservado; nem pode viver plenamente segundo a verdade, se não reconhecer livremente esse amor e se entregar ao seu Criador”^[2].

Diálogo: juntos rumo à verdade

O verdadeiro diálogo começa quando duas pessoas que conversam buscam a verdade. Cada um tem a sua perspectiva e experiência e, embora isto tenha resultado numa forte convicção, o diálogo não constrói muros; pelo contrário, caracteriza-se pela abertura aos outros e pelo desejo de aprender com eles. Isto, porque o diálogo genuíno é motivado pelo desejo de se aproximar cada vez mais da verdade e, se possível, dos outros.

Não dialogamos para defender as nossas opiniões ou convencer os outros, mas para caminharmos juntos em direção à verdade. Como disse o Papa Francisco no Dia Mundial das Comunicações Sociais: “Precisamos harmonizar as diferenças por meio de formas de diálogo, que nos permitam crescer na compreensão e no respeito. A cultura do encontro requer que estejamos dispostos não só a dar, mas também a receber de outros”^[3]. Isso significa estar abertos para receber qualquer luz que venha do outro, seja porque contribui positivamente para o nosso conhecimento, seja porque revela alguma brecha na nossa posição da qual não tínhamos consciência. “E ao tentar compreender os outros, compreender os seus pontos de vista, descobrem-se verdadeiros aspectos que não foram considerados, refinam-se melhor as propostas e, em última análise, tornam-se mais compreensíveis. Se, por outro lado, o trabalho de comunicação ignora as questões ou perplexidades do outro, o monólogo suplanta o diálogo”^[4].

Curiosamente, o primeiro mandamento, tanto na lei judaica como no ensinamento de Jesus aos cristãos, começa com um verbo imperativo que precede o próprio mandamento: “Ouve, ó Israel” (Dt 6, 4 e Mc 12, 29). O amor a Deus e o amor aos outros implicam necessariamente abrir os ouvidos, estar atentos à palavra de Deus e às necessidades das pessoas ao nosso redor.

Se a própria verdade é o nosso motivo mais elevado para o diálogo, nunca podemos negligenciar uma das maiores verdades de todas: o amor de Deus pela pessoa com quem estamos lidando. Por mais que queiramos ajudar a uma pessoa convencendo-a da verdade sobre qualquer questão específica, não podemos fazer isso à custa da verdade sobre a sua dignidade como pessoa.

Seja qual for o tema da discussão, o nosso respeito pelos outros não pode depender de eles concordarem conosco. A nossa forma de tratar as pessoas diz mais do que qualquer argumento e deve falar da sua dignidade pessoal como filhos de Deus. “Os seres humanos devem ser respeitados com devoção religiosa. Devemos tratar-nos uns aos outros com aquele sentimento de admiração que sentimos quando estamos na presença do sagrado, porque é isso que os seres humanos são: seres criados à imagem de Deus (cf. Gn 1, 27)”^[5].

A responsabilidade de ser livres

Esta realidade da dignidade humana é a própria base da liberdade, incluindo a liberdade de opinião e de expressão, bem como a liberdade de religião e de consciência. Precisamente porque cada pessoa é criada por Deus como um indivíduo único, e também com a sua própria liberdade humana, podemos discordar uns dos outros naquilo que consideramos verdadeiro. O fato de esta liberdade resultar numa grande diversidade de opiniões e abordagens das coisas é uma prova de que o ser humano é de alguma forma transcendente e não é determinado por algum impulso ou instinto básico que todos temos em comum. “Quando se compreende a fundo o valor da liberdade, quando se ama apaixonadamente esse dom divino da alma, *ama-se o pluralismo que a liberdade traz consigo*”^[6]. A diversidade é algo que vale a pena celebrar na medida em que é uma expressão de liberdade, porque a própria liberdade é algo que deve ser amado e protegido.

Paradoxalmente, esta liberdade, que decorre da nossa dignidade humana, é uma liberdade que somos obrigados a exercer pela nossa própria natureza, por estarmos “dotados de razão e de vontade livre e por isso mesmo com responsabilidade pessoal”^[7]. Podemos e devemos tomar uma posição em relação às muitas “coisas que Deus deixou à livre discussão dos homens (...) por exemplo, em relação às diversas opiniões filosóficas, económicas ou políticas, às correntes artísticas e culturais, aos problemas da vida profissional ou social, etc.”^[8]. Nestas matérias, São Josemaria sempre encorajou os católicos a defenderem “a liberdade pessoal que os leigos têm para tomar, à luz dos princípios enunciados pelo Magistério, todas as decisões concretas de ordem teórica ou prática (...) que cada um julgue em consciência mais convenientes e mais de acordo com as suas convicções pessoais e aptidões humanas”^[9].

Embora esta seja uma liberdade usufruída por todos, ela pertence especialmente aos leigos, cujas diversas vocações pessoais têm em comum a missão de santificar o mundo a partir de dentro. Como cristãos comuns, Deus fala-nos através das circunstâncias e dos relacionamentos da nossa vida cotidiana, e partilhamos esta verdade com outros através das nossas conversas, amizades e trabalho, colocando assim Cristo no cume de todas as atividades humanas. Contudo, estas atividades seculares, pela sua natureza, podem geralmente ser realizadas de muitas maneiras e, desde que sejam compatíveis com a verdade, todas são igualmente válidas. “Os cristãos devem reconhecer as legítimas opiniões, divergentes entre si,

acerca da organização da ordem temporal”^[10]. Ou, como gostava de repetir São Josemaria, “não há dogmas nas coisas temporais”^[11].

Onde quer que Deus nos tenha colocado, podemos ter a certeza de encontrar muitas pessoas boas, católicas ou não, que propõem soluções e abordagens diferentes, mas também legítimas, para promover o bem comum. É claro que isto não significa que devamos simplesmente adotar as ideias dos outros sem pensar, ou pior ainda, não adotar nenhuma posição. Isto seria menosprezar a nossa liberdade e privar o mundo da contribuição que poderíamos dar. Além disso, se não contribuirmos para a grande diversidade de opiniões que estão em linha com a verdade, aquelas que não estão certas podem tornar-se as mais ruidosas e populares. “Nós, os filhos de Deus, cidadãos da mesma categoria que os outros, temos de participar ‘sem medo’ em todas as atividades e organizações honestas dos homens, para que Cristo ali esteja presente. Nosso Senhor nos pedirá contas estritas se, por desleixo ou comodismo, cada um de nós, livremente, não procura intervir nas obras e nas decisões humanas de que dependem o presente e o futuro da sociedade”^[12]. Ao mesmo tempo, embora sejamos livres e tenhamos a responsabilidade pessoal de participar nos debates do mundo que nos rodeia e de estabelecer e promover a nossa própria posição, o mesmo se aplica ao nosso próximo.

Liberdade e erro

Esta liberdade realiza-se em qualquer diálogo entre as pessoas, mesmo quando a verdade está em jogo. Temos a sorte de sermos seres livres e inteligentes, e a “má sorte” de a nossa inteligência ser limitada, por isso, ao enfrentarmos questões contingentes, difíceis, ou que dependem do tempo, do espaço ou da sensibilidade humana, o resultado é uma grande variedade de opiniões.

A liberdade é o que nos permite pensar que o sorvete de baunilha é melhor que o de chocolate, ou que uma república é melhor que uma monarquia. No entanto, também nos permite acreditar em algo objetivamente falso, como que a vingança é justificada ou mesmo que Deus não existe. A raiz da ignorância e do erro pode estar no uso da liberdade, já que podemos fazer mau uso deste grande dom. Neste caso, porém, as diferenças naquilo que conhecemos e acreditamos não são apenas uma expressão de liberdade, mas também podem ser uma manifestação da limitação humana e, às vezes, do pecado. É por isso que não amamos a diferença em si, mas a liberdade. Deveríamos realmente defender a liberdade mesmo quando sabemos que ela pode levar ao erro e até ao pecado? Na verdade, o próprio Deus amou a nossa liberdade a tal ponto que nos dá liberdade, embora nos apeguemos deliberadamente ao erro.

É importante distinguir que a essência da liberdade não consiste na possibilidade de se enganar. Poderemos até ser tentados a fazer o oposto daquilo que sabemos ser bom, numa tentativa de afirmar a nossa independência. No entanto, a verdadeira liberdade é aquela que encontra a verdade e atua em consequência. O contrário seria cair em laços que nos incapacitam de ver, escolher e desfrutar do que é verdadeiro e bom.

Portanto, amar e defender a liberdade de cada pessoa – não só para ter uma opinião que não partilhamos, mas também para manter uma crença errada – não é o mesmo que amar ou defender o próprio erro. O relativismo moral é fingir que

não existe verdade e, portanto, o que alguém pensa realmente não importa, ou que tudo o que se considera verdadeiro é igual e o que importa é que se pensa assim. Poderíamos ser tentados a pensar que a atitude caritativa perante as diferenças é ser indiferente, adotar a atitude de “tu tens a tua verdade e eu tenho a minha”. Mas a verdadeira caridade nunca é indiferente. A caridade procura o bem do outro. Sabe que o respeito é o único caminho para cada um chegar à verdade, e que a meta é desfrutarmos juntos da liberdade que vem de conhecer e amar a Deus.

Por nos preocuparmos com os outros, não apenas queremos nos aproximar cada vez mais da verdade, mas também queremos isso para eles. Sabemos que a verdade os tornará ainda mais livres (cf. Jo 8, 32). E assim, sem negar a liberdade dos outros, estamos dispostos a fazer o que pudermos para ajudá-los, sempre abertos a receber a ajuda deles também. “Mas a verdade deve ser buscada pelo modo que convém à dignidade da pessoa humana e da sua natureza social, isto é, por meio de uma busca livre, com a ajuda do magistério ou ensino, da comunicação e do diálogo, com os quais os homens dão a conhecer uns aos outros a verdade que encontraram ou julgam ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente na inquirição da verdade; uma vez conhecida esta, deve-se aderir a ela com um firme assentimento pessoal”^[13]. Devido à nossa dignidade humana, cada um de nós é livre na procura da verdade, e aquilo em que escolhemos acreditar é a nossa livre escolha, mas dependemos uns dos outros, do diálogo e do livre envolvimento e acompanhamento mútuo na procura.

Filhos de Deus

Comentando as palavras de Jesus: “A verdade vos libertará” (Jo 8, 32), São Josemaria ampliou: “Que verdade é essa, que inicia e consuma em toda a nossa vida o caminho da liberdade? Eu vo-la resumirei, com a alegria e com a certeza que procedem da relação entre Deus e as suas criaturas: saber que saímos das mãos de Deus, que somos objeto da predileção da Trindade Beatíssima, que somos filhos de tão grande Pai. [...] Não o esqueçamos: aquele que não se sabe filho de Deus desconhece a sua verdade mais íntima”. Esta é a nossa identidade fundamental, mais profunda do que a posição que estabelecemos sobre qualquer assunto. Por mais diferentes que sejam as nossas opiniões, isto também se aplica ao nosso interlocutor. Podemos viver e transmitir esta verdade quando dialogamos no espírito que Cristo nos ensinou.

Assim, identificamo-nos com Cristo, que, por ser Deus, era infinitamente livre. Não porque pudesse escolher o mal, mas porque gostava do bem. Os anjos e os santos também nos precederam neste caminho de liberdade. Cada um com o seu carácter, gostos e interesses, com o seu trabalho, o seu tempo... unidos no amor a Deus e aos outros.

* * *

Pode ser que você tenha tido a experiência de alguém que se recusou a ouvi-lo. Ou dava a impressão de estar ouvindo, ainda que com impaciência, quando na verdade estava ansioso para que você parasse de falar, preparando-se como um leão prestes a atacar para destruir cada um dos seus pontos, um por um. Talvez tenha sentido seus instintos entrando em ação, os batimentos cardíacos acelerando e a tensão no peito crescendo. Você sentiu vontade de gritar e

defender a sua posição. Talvez o seu interlocutor tenha sido muito agressivo ou tenha tornado isso pessoal. Provavelmente a última coisa que você queria era ser compreensivo. Mas a caridade exige compreensão em todas as circunstâncias, uma compreensão que comunica o amor de Deus. Se você tem a impressão de que isso está acima das suas forças, tem razão. “Se amais somente aqueles que vos amam, que recompensa tereis? Até os pecadores amam aqueles que os amam. E se fazeis o bem somente aos que vos fazem o bem, que recompensa tereis? Até os pecadores fazem assim” (Lc 6, 32-33). Dialogar com quem pensa como nós, ouvir quem nos ouve, é natural. Mas às vezes ser compreensivo é verdadeiramente sobrenatural, um testemunho de Deus que atua em nós como seus instrumentos, trazendo a sua ternura e afeto, porque Ele “é bondoso para com os ingratos e os maus” (Lc 6, 35). É tratando os outros de acordo com a sua dignidade como filhos de Deus que nós mesmos seremos “filhos do Altíssimo” (Lc 6, 35).

Stacey Hope-Bailie

[1] Bento XVI, Homilia na Missa de início do ministério petrino, 24/04/2005.

[2] Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, n. 19.

[3] Francisco, Mensagem para o XLVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais, 01/06/2014.

[4] Fernando Ocáriz, Discurso no encerramento do XI Seminário Profissional sobre Comunicação da Igreja, 19/04/2018.

[5] Conferência dos Bispos Americanos, *Justiça Económica para Todos*, 1986, n. 28.

[6] São Josemaria, *Entrevistas com Mons. Josemaria Escrivá*, n. 98.

[7] Concílio Vaticano II, *Dignitatis Humanae*, n. 2.

[8] São Josemaria, *Entrevistas com Mons. Josemaria Escrivá*, n. 12

[9] *Ibid.*

[10] Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, n. 75.

[11] São Josemaria, *“As riquezas da fé”*, ABC, Madri, 02/11/1969.

[12] São Josemaria, *Forja*, 715.

[13] Concílio Vaticano II, *Dignitatis Humanae*, n. 3.

[Voltar ao índice](#)

V

Filhos agradecidos

O começo do livro do Gênesis destaca o poder universal e ilimitado de Deus, pois só Ele tem domínio absoluto sobre todas as coisas e o exerce para dar origem à vida. No contexto da criação, Deus confia ao primeiro casal humano, criado à sua imagem e semelhança, a tarefa de submeter a terra e dominar todo ser vivo (cfr. Gn 1, 26-29). A palavra hebraica “imagem”, utilizada no texto, significava estátua, escultura ou representação, e referia-se também às imagens dos deuses que presidiam os templos (cfr. Ez 7, 20; 16,17; Re 11, 18; Nm 33,52). Assim, da mesma forma que os reis da época erigiam imagens de si mesmos para indicar seu domínio em terras longínquas, Adão foi colocado na terra como imagem de Deus e representante da sua soberania.

No segundo relato, Adão recebe a incumbência de dar nome aos animais. Dar nome a algo significa submeter o objeto nomeado a uma ordem que determina de certo modo o lugar que deve ocupar no mundo. Adão participa da autoridade divina e foi designado representante de Deus na terra, governando em nome do soberano divino. Deus, por sua vez, aceita os nomes dados por Adão às criaturas. O homem exerce, portanto, um domínio sobre a criação, e o exercício deste domínio significa que, pelo próprio desígnio salvador, o destino do cosmos está vinculado à liberdade humana.

O relato da criação e o fato de que o domínio do homem dependa e participe do domínio de Deus podem parecer uma realidade um tanto longínqua sem influência prática na vida cotidiana do cristão. No entanto, “no Credo de Israel, afirmar que Deus é criador não significa exprimir somente uma convicção teórica, mas perceber o horizonte originário do agir gratuito e misericordioso do Senhor em favor do homem. Ele, na verdade, livre e gratuitamente dá o ser e a vida a tudo aquilo que existe”^[1]. O princípio da criação divina de todas as coisas, manifestado muitas vezes na Sagrada Escritura, especialmente no livro do Gênesis, dá uma chave para compreender a realidade e atuar em consequência: a gratidão que provém da gratuidade do amor de Deus.

“Dou-te graças, Pai”

A gratidão consiste na disposição adequada da vontade para reconhecer e corresponder a um bem recebido. Não implica apenas sentimentos de apreço ou reconhecimento, mas também uma resposta prática, que leva a palavras ou ações que a expressem. A gratidão implica, portanto, um olhar capaz de reconhecer o

benefício recebido e, ao mesmo tempo, conduz a uma atuação coerente com tal convicção.

No Evangelho encontramos muitas vezes referências a tantas pessoas que foram delicadas com Jesus, desde as que cuidaram de sua família em Belém (os pastores, os magos), até aqueles que tornaram mais fácil o Calvário e a Cruz (Simão de Cirene, o bom ladrão, José e Nicodemos, as mulheres que acompanhavam Maria...). Pessoas que teriam recebido um olhar, um sorriso ou algumas palavras agradecidas de Jesus.

No Evangelho, o “obrigado” de Jesus que ressoa com mais força é o que dirige a seu Pai: “Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos” (Mt 11, 25). “Estas coisas”, a sabedoria de Deus que Jesus nos mostra é, da mesma forma que a criação, um conhecimento de Deus e do mundo acessível a todos. Trata-se de uma linguagem mais fácil de entender para “os pequenos”, os que olham o mundo com simplicidade e sem preconceitos, e têm consciência de ter recebido tudo.

Um olhar e um coração agradecidos

Como recorda o *Compêndio da doutrina social da Igreja*, “a atitude que deve caracterizar o homem perante a criação é essencialmente a da gratidão e do reconhecimento: de fato, o mundo reconduz-nos ao mistério de Deus que o criou e o sustenta (...). O mundo se oferece ao olhar do homem como rastro de Deus, lugar no qual se desvela a Sua força criadora, providente e redentora” [2].

A partir da fé na criação e do seu olhar agradecido, o cristão é chamado a modelar suas ações de acordo com a aceitação agradecida dos dons divinos. No exercício da sua liberdade, o homem pode optar por uma atitude de poder autônomo, excluindo o domínio divino ou, ao contrário, preferir apreciar a realidade como um dom, reforçando assim sua dependência de adoração a Deus. No primeiro caso, as coisas criadas são consideradas objetos manipulados e possuídos arbitrariamente, enquanto no segundo são tratadas como dons e, portanto, recebidas, admiradas, compreendidas, desfrutadas, compartilhadas e, sobretudo, remetidas a Deus de quem procedem. Toda decisão humana, por mais concreta ou irrelevante que pareça, implica, em última instância, a aceitação agradecida dos dons de Deus ou sua rejeição.

Talvez nos venham à cabeça tantos exemplos do dia a dia: a celebração de um evento especial com familiares e amigos, um sucesso na vida profissional, a oportunidade de uma nova experiência, a alegria de compartilhar algum talento... Os dons divinos em sentido amplo, incluem toda a realidade que recebemos, abarcando o universo material e a relação com os outros.

A aceitação agradecida destes dons manifesta-se de modo singular na aceitação e na acolhida do outro como um dom: “Feito à imagem e semelhança de Deus (cfr. Gn 1, 26), e constituído no universo visível para viver em sociedade (cf. Gn 2, 20.23) e dominar a terra (cf. Gn 1, 26.28-30), a pessoa humana é, por isso, desde o princípio, chamada à vida social: ‘Deus não criou o homem como um *ser solitário*, mas o quis como um *ser social*. A vida social não é, portanto, extrínseca ao homem, dado que ele não pode crescer nem realizar a sua vocação senão em relação com os outros’ (Congregação para a Doutrina da Fé, Instr. *Libertatis*

conscientia, 32)”^[3]. A consequência da aceitação agradecida do outro é o cuidado do próximo, que passa pela preocupação e edificação do bem comum.

Acolher o outro como dom: um convite ao bem comum

O Papa Francisco recorda que a ecologia integral – conceito intimamente relacionado ao cuidado da criação, entendida não somente como natureza, mas também em sua dimensão humana e social – é inseparável da noção de bem comum, na medida em que este princípio desempenha um papel central e unificador na ética social. Nossa dedicação em preservar e cuidar da criação será tanto mais genuína quanto mais se orientar à promoção do bem comum, entendido como “o conjunto de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos, como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição”^[4], quer dizer, o desenvolvimento humano integral e sustentável.

Quando nos deparamos com os problemas dos outros ou da comunidade em que vivemos, deveríamos sentir, como cristãos, preocupação de ir a seu encontro: é então que somos chamados a responder com a responsabilidade e a generosidade de quem procura efetivamente o bem de todos os homens. O ideal do bem comum – que não é algo abstrato, e sim algo com um conteúdo muito concreto – aparece então como uma chamada a todos os membros da sociedade a colaborar segundo suas próprias capacidades e a ir além de seus interesses particulares. Isto implica não se guiar exclusivamente pelos próprios interesses, mas visar um horizonte iluminado pela caridade, que se expressa na abertura aos outros e na capacidade de harmonizar os diferentes aspectos – familiares, sociais, políticos, culturais, técnicos, etc. – que caracterizam uma sociedade complexa como a nossa.

Na base desta perspectiva está a consciência da infinita dignidade de toda pessoa humana, além de qualquer circunstância e em qualquer estado ou situação; e que, por isso, a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não o contrário, como o próprio Senhor deu a entender quando disse que o sábado foi feito para o homem, não o homem para o sábado (cfr. Mc 2, 27). Esta ordem, fundada na verdade e animada pela caridade, perfila o objetivo prioritário do bem comum: uma sociedade que quer estar a serviço dos seres humanos em todos os níveis.

Encontramos, por exemplo, uma manifestação deste desafio, no impacto da tecnologia. Não podemos ignorar os sinais dos tempos atuais, nos quais as relações sociais se tornaram mais complexas devido à facilidade e rapidez da comunicação, do transporte e de tantos outros meios tecnológicos que introduzem novos estilos de vida e formas de associação interpessoal. Esses meios apresentam uma certa ambiguidade: o progresso geral é acompanhado pela possibilidade de riscos para a dignidade e o desenvolvimento humanos. O impacto das inovações pode dar lugar tanto a iniciativas solidárias como ao drama de conflitos e divisões, segundo a postura adotada; a reconectar com as pessoas ou a passar a uma relação mais superficial com elas; à aprendizagem ou ao vício; à exploração da pessoa ou a novas possibilidades de desenvolvimento... Acolher a criação, neste contexto, significa salvaguardar o respeito da pessoa como tal, no fim e nos meios, e guiar-se por princípio éticos e não de pura eficiência.

Edificar o bem comum em comunhão

É preciso que cada um de nós assuma a sua parcela no bem comum, ou seja, que contribuamos com o que fomos chamados a fazer neste mundo, o que só nós podemos oferecer, porque ninguém pode substituir-nos nesta tarefa. Tal atitude vai contra uma postura passiva de uma indiferença acomodada ou de um individualismo fechado na busca do próprio bem-estar, porque implica um compromisso contínuo e a disposição de sair da própria comodidade para colaborar na formação de um ambiente de comunhão. “Porque uma coisa é sentir-se obrigado a viver juntos, outra é apreciar a riqueza e a beleza das sementes de vida comum que devem ser procuradas e cultivadas em conjunto” [5].

Em seu aspecto dinâmico, o bem comum se realiza nas atividades normais de cada cidadão. Afinal, as condições sociais estabelecem-se através das relações pessoais e do trabalho, que podem contribuir ou prejudicar uma sólida ordem social, jurídica e de serviços (que coincidem muitas vezes com os direitos humanos básicos, como a alimentação, a moradia, o transporte...). Para isso, é essencial cumprir nossas tarefas diárias de modo excelente, realizando-as com competência e paixão. Como fazer isso? Informando-nos e desenvolvendo uma consciência mais profunda da realidade que nos rodeia, sem cair na armadilha da resignação sob o pretexto de que as nossas ações não têm nenhuma repercussão. O próprio Cristo dá como medida de seu julgamento ações pequenas (dar de comer, dar de beber, vestir...) realizadas em favor de pessoas pequenas (um dos menores de meus irmãos) (cfr. Mt 25, 31-46).

Por outro lado, o magistério eclesial reiterou sempre a chamada aos cristãos para participar e assumir responsabilidades na vida pública. Constatar que precisamos de uma comunidade mais ampla deveria levar-nos a juntar forças para promover melhor o bem comum em comunhão com os outros. Jesus dá-nos, neste sentido, o exemplo do bom samaritano (cfr. Lc. 10, 25-37) que, com suas ações, fez-nos perceber que “a existência de cada um de nós está ligada à dos outros: a vida não é tempo que passa, mas tempo de encontro” [6]. Do conjunto de todos esses aspectos, surge o que podemos chamar a dimensão intrínseca do bem comum, que significa fundamentalmente viver bem em comunidade. Em outras palavras, não basta fazer o bem *aos* outros, mas é preciso querer fazer o bem *com* os outros. A solidariedade vai além da responsabilidade pessoal por um determinado projeto: leva ao desejo de estar com os outros e trabalhar com eles para ajudá-los a alcançar seus objetivos. A força dessa perspectiva está em perceber que o bem comum não se refere apenas às condições, que são somente externas, mas que é com base nisso e por meio de relacionamentos que o bem individual e social é construído.

A soma de muitos poucos

O simples fato de ter consciência de estarmos juntos é em si mesmo um bem, na medida em que traz a segurança de um ambiente no qual as insuficiências e os erros pessoais encontram no outro um apoio e uma ajuda para superá-los. Quando uma comunidade se une diante de uma catástrofe natural, por exemplo, para ajudar a salvar as pessoas e o ambiente, apesar da dor, do sofrimento ou do cansaço, há uma plenitude interior por ter feito o bem juntos e uma profunda gratidão compartilhada. O desafio é conseguir essa mesma intensidade no dia a dia.

Isso é algo que provavelmente já experimentamos, mas nem sempre é fácil lembrar o bem que os outros trazem: pode acontecer que a nossa tendência seja de resolver as coisas por nossa conta, ou de pedir um favor, ou fazê-lo, mantendo sempre a conta de débitos e créditos.

Avançar rumo ao bem comum intrínseco, pelo contrário, requer uma formação que nos permita perceber a lógica da gratuidade das relações, da misericórdia e da comunhão. “Gozamos de um espaço de corresponsabilidade capaz de iniciar e gerar novos processos e transformações. Sejam parte ativa na reabilitação e no auxílio às sociedades feridas. Estamos hoje diante da grande oportunidade de manifestar nossa essência fraterna, de ser outros bons samaritanos que tomam sobre si a dor dos fracassos, em vez de fomentar ódios e ressentimentos. Como no caso do viajante ocasional da nossa história, falta apenas o desejo gratuito, puro e simples de querer ser povo, de ser constantes e incansáveis no trabalho de incluir, de integrar, de levantar o caído [...]. Alimentemos o que é bom e ponhamo-nos a serviço do bem”^[7].

Dessa forma, gratuidade e gratidão andam juntas: guiam nossa relação com os outros, fundamentando-a em nossa relação com Deus. Uma relação de filhos agradecidos e responsáveis.

O livro do Gênesis revela que o homem é chamado a ser o guardião e o protagonista da criação, exercendo uma soberania compartilhada porque a recebeu de Deus, o único soberano. Recebemos, de fato, tudo dele e nunca poderemos agradecer-lhe suficientemente. O que está em nossas mãos, no entanto, não é pouco: mediante uma atitude de aceitação agradecida dos dons divinos, somos chamados a reconhecê-los como tais e a cuidar, desenvolver e enriquecer a criação. Esta atitude de gratidão estende-se à acolhida do outro como um dom e se traduz na participação e responsabilidade de cada um na edificação do bem comum, quer seja nas relações cotidianas, quer na ação pública, e sobretudo em fazer o bem com os outros. É assim que o homem atualiza e realiza sua condição de ser social, fazendo brilhar os laços de fraternidade ao mesmo tempo que contribui para o florescimento dos outros.

Letícia Braga e Vitória Volpato

^[1] *Compêndio da doutrina social da Igreja*, n. 26.

^[2] *Compêndio da doutrina social da Igreja*, 487.

^[3] *Compêndio da doutrina social da Igreja*, 149.

^[4] *Compêndio da doutrina social da Igreja*, 164.

^[5] Francisco, *Humana communitas*, 6.

^[6] Francisco, Videomensagem ao TED 2017 de Vancouver (26 de abril de 2017): L'Osservatore Romano (27 de abril de 2017), p. 7.

^[7] Francisco, *Fratelli tutti*, 77. —

[Voltar ao índice](#)

© 2026 Oficina de Comunicação do Opus Dei

www.opusdei.org